

FSUE/COVID – PERGUNTAS FREQUENTES

1 - Pergunta: A data de 30 de setembro de 2020 como fim das operações significa que a despesa tem de estar faturada e paga até àquela data ou apenas faturada?

Resposta: O prazo de elegibilidade referente ao aviso FSUE-99-2021-01 situa-se entre:
Início - 14 de março de 2020 – data mínima dos documentos de despesa (faturas)
Fim – 30 de setembro de 2020 - data limite dos comprovativos de pagamento associados às despesas (recibo/extrato bancário).

2 - Pergunta: Os serviços municipalizados ou juntas de freguesia podem apresentar candidatura autónoma, isto é, como beneficiário?

Resposta: As entidades elegíveis são exclusivamente os municípios portugueses e as entidades intermunicipais, tal como mencionado quer no aviso n.º FSUE-99-2021-01(alteração), quer no artigo 4º do anexo ao Despacho conjunto n.º 7063/2021, de 16 de julho, dos Gabinetes da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ministro do Planeamento.

3 – Pergunta: As despesas realizadas pelas juntas de freguesia ou serviços municipalizados, podem ser incluídas na candidatura do Município?

Resposta: Poderão ser incluídas nas despesas dos municípios, despesas realizadas por serviços autónomos municipalizados ou juntas de freguesia desde que cumpram os seguintes critérios:

- Existência de documento de despesa válido contabilisticamente contendo o descritivo das despesas efetuadas, emitido pela junta de freguesia ou serviço municipalizado em nome do município e respetivo comprovativo de pagamento.

Ou em alternativa

- Apresentação dos documentos de despesa em nome do serviço municipalizado ou junta de freguesia e evidência da transferência do município para esse serviço, devendo ser possível identificar na respetiva transferência, de forma clara e inequívoca que a mesma se destinou a ressarcir os serviços municipalizados dos custos apresentados.

4 – Pergunta: Quais os indicadores a colocar na candidatura?

Resposta: Não estão definidos indicadores para o presente aviso, devendo no formulário de candidatura ser inserido “não aplicável”

5 – Pergunta: Qual o Link para acesso ao formulário de candidatura?

Resposta: As candidaturas deverão ser submetidas através do balcão 2020, no seguinte endereço - <https://www.portugal2020.pt/candidaturas?es=Aberto&fd=08>

6 – Pergunta: devem ser submetidos no Balcão 2020 os Procedimentos de Contratação Publicas, os Contratos, bem como os documentos de despesa e pagamento em fase de candidatura?

Resposta: Em fase de candidatura deverão ser submetidos no balcão 2020, apenas os procedimentos de contratação pública. Os documentos de despesa e pagamento, deverão ser submetidos através de pedidos de pagamento, os quais apenas poderão ser efetuados após aprovação das candidaturas e receção do termo de aceitação das mesmas.

7 – Pergunta: é obrigatório a existência de uma conta bancária específica para este concurso?

Resposta: Sendo aconselhável a existência de uma conta específica, a mesma não é obrigatória, contudo a conta indicada não pode ser utilizada para movimentação de outros Fundos Europeus.

8 – Pergunta: Quais os anexos a enviar juntamente com o formulário de candidatura?

Resposta: A entidade deverá anexar no balcão 2020, os seguintes documentos:

- Memória descritiva da operação, contendo breve descrição dos trabalhos efetuados pelo município no combate à pandemia, bem como indicação das despesas a submeter associando, se possível, as mesmas à tipologia de despesas apresentadas no aviso;
- Certidão sobre a situação da entidade face ao IVA. Face ao tempo que medeia entre a solicitação aos serviços do IVA e a receção da mesma, poderá a entidade apresentar declaração do responsável financeiro e comprovativo do pedido aos serviços do IVA da referida certidão, a qual deverá ser remetida assim que disponível.
- Declaração de que as despesas a apresentar não foram alvo de financiamento por outra qualquer fonte pública ou privada.

9 – Pergunta: A aquisição de equipamentos informáticos com o objetivo de possibilitar a todos os alunos o acesso ao ensino à distância imposto pela crise sanitária, não estando financiados por qualquer outro programa nacional ou comunitário é elegível?

Resposta: apenas são elegíveis as despesas que diretamente decorrem da resposta à pandemia, isto é, associadas a medidas de saúde dirigidas à população, não sendo, deste modo, enquadráveis as despesas indiretas, como sejam medidas de proteção social, que se consideram estar enquadradas no mercado de trabalho, ou as relativas à

aquisição de equipamento informático para as escolas, que se consideram estar enquadradas no setor da Educação, cujo financiamento é tratado fora deste âmbito.

10 – Pergunta: O repatriamento de cidadãos retidos noutros países devido ao cancelamento de voos e outras restrições resultantes da pandemia da covid-19 são elegíveis ao FSUE?

Resposta: as despesas com o repatriamento, sendo despesas indiretas decorrentes da pandemia, não são elegíveis ao financiamento do FSUE.

11 – Pergunta: é possível numa mesma operação parte das despesas serem financiadas pelo FSUE e outra por outros fundos da União Europeia, assegurando-se naturalmente que o mesmo item de despesa apenas é financiados por um fundo, não havendo assim duplo financiamento da mesma despesa?

Resposta: A CE reiterou que uma operação individual não deve receber apoios de vários instrumentos. Contudo, acrescentou que havendo operações elegíveis a mais do que um instrumento, por exemplo ao FSUE e aos FEEI, a respetiva despesa pública pode ser totalmente incluída no formulário de candidatura ao FSUE. Na execução será acautelado que a mesma operação não é financiada por mais do que um fundo. Porém, esclareceu ainda que, em presença de operações de grande dimensão, com execução por exemplo faseada, é possível que partes ou diferentes componentes da despesa pública elegível de uma mesma operação, possam obter financiamento de diferentes instrumentos. Neste caso o Estado membro deve acautelar que não há duplo financiamento para a mesma despesa.